

RESUMO EXPANDIDO - 3. DETERMINANTES SOCIAIS, CULTURAIS E
AMBIENTAIS DA SAÚDE

**BARREIRAS GEOGRÁFICAS E ACESSO À SAÚDE EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS E INDÍGENA NO PARÁ: PERCEPÇÕES DE MORADORES
E ESTUDANTES DE ENFERMAGEM**

Ana Clara Corrêa Da Silva (ana.clara.stm2@gmail.com)

Vanessa Dos Santos Borges (vanessa.s.borges1023@gmail.com)

Ana Clara Cohen Braga (anacohenuepastm@gmail.com)

Ayandra Laura Oliveira Da Silva (oayandralaura@gmail.com)

Ana Camille Viana Falcão Brito (camille10viana.cv@gmail.com)

Jorge Carlos Menezes Nascimento Junior (jorge.carlos@uepa.br)

Acylena Coelho Costa (acylena@uepa.br)

Silvia Maria Farias Da Silva (silvia.farias.enf@gmail.com)

Franciane De Paula Fernandes (franciane.fernandes@uepa.br)

Sheyla Mara Silva De Oliveira (sheylaoliveira@uepa.br)

RESUMO

O estudo teve como objetivo relatar e analisar as vivências de acadêmicas de Enfermagem em comunidades tradicionais indígenas e quilombolas do estado do Pará, com ênfase nas barreiras geográficas que interferem no acesso aos serviços de saúde. Trata-se de um relato de experiência, desenvolvido no âmbito da disciplina Assistência de Enfermagem às Populações Tradicionais da

Amazônia, a partir de visitas a comunidades de acesso terrestre e ribeirinho. Os resultados evidenciaram que a distância, a precariedade do transporte, as condições ambientais e os custos de deslocamento dificultam o acesso e a continuidade do cuidado em saúde. Conclui-se que as barreiras geográficas configuram importantes determinantes sociais da saúde, exigindo práticas de enfermagem territorializadas, equitativas e sensíveis à realidade amazônica.

Palavras-chave: Acesso à Saúde. Comunidades Tradicionais. Enfermagem.

INTRODUÇÃO:

Embora o acesso à saúde seja um direito fundamental e um dos pilares do Sistema Único de Saúde (SUS), sua concretização permanece condicionada aos determinantes sociais da saúde e à disponibilidade de infraestrutura adequada, conforme discutem diretrizes nacionais e internacionais recentes (Brasil, 2021; OMS, 2022). Entretanto, transformar esse direito em realidade para comunidades indígenas e quilombolas do Pará implica enfrentar especificidades territoriais e socioculturais que a legislação geral nem sempre contempla. A distância geográfica, associada à dependência de transporte fluvial ou terrestre precário, configura importantes barreiras à continuidade do cuidado, situação amplamente reconhecida em políticas públicas atuais e em estudos contemporâneos sobre saúde indígena e quilombola na Amazônia (Brasil, 2023; Santos et al., 2021). Diante dessas limitações, a Atenção Primária à Saúde (APS) precisa reafirmar seu papel estratégico na coordenação do cuidado e na promoção da equidade, conforme apontam análises recentes sobre sistemas de saúde baseados na APS (Macinko & Harris, 2020). Nesse contexto, a enfermagem assume papel central, atuando como elo entre os serviços de saúde e as comunidades. Assim, torna-se fundamental analisar as percepções de estudantes e moradores acerca dessas barreiras, visando ao fortalecimento de práticas que ultrapassem o campo teórico e se mostrem resolutivas frente às especificidades da realidade amazônica.

OBJETIVOS:

O estudo tem como objetivo relatar e analisar as vivências de acadêmicas de Enfermagem em comunidades tradicionais indígenas e quilombolas do estado do Pará, com ênfase na identificação das barreiras geográficas que interferem no acesso aos serviços de saúde, bem como compreender as percepções dos

moradores acerca dos impactos dessas barreiras no cuidado em saúde e na busca por atendimento.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA E METODOLOGIA:

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, vivenciado por acadêmicas de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará (UEPA), do 8º semestre, no contexto das práticas da disciplina “Assistência de Enfermagem às Populações Tradicionais da Amazônia”. A vivência ocorreu no mês de setembro de 2025, com visitas realizadas em três comunidades distintas: nos dias 9 e 11 em comunidades de acesso terrestre, correspondentes à Comunidade Quilombola Tiningu e à Aldeia Indígena Ipaupixuna, e no dia 13 no Quilombo Saracura, caracterizada como comunidade quilombola ribeirinha. Todas as comunidades encontram-se em regiões marcadas por significativos desafios geográficos que impactam o acesso aos serviços de saúde.

RESULTADOS E/OU REFLEXÕES:

As barreiras geográficas limitaram o acesso às comunidades visitadas e, conseqüentemente, aos serviços de saúde. O deslocamento até as comunidades terrestres demandou aproximadamente entre 1h30min a 2h de viagem, realizado por meio de transporte coletivo da instituição, em estradas não pavimentadas, com superfície irregular e com grande acúmulo de poeira, o que dificultou a locomoção do veículo. Mesmo fora do período chuvoso, observou-se a presença de barro e trechos de difícil trafegabilidade, indicando que, em épocas de chuva, o acesso pode se tornar ainda mais restrito, com risco de interrupção total do deslocamento. Nesse contexto, as condições ambientais, como as altas temperaturas associadas ao longo tempo de viagem, resultaram em fadiga física das acadêmicas logo na chegada às comunidades, antes mesmo do início das atividades propostas. Essa vivência corporal do cansaço suscitou uma reflexão coletiva: se, para estudantes de Enfermagem, em uma visita pontual e previamente planejada, o acesso já se mostrou exaustivo, quais seriam os impactos dessa mesma geografia no cotidiano de moradores que necessitam buscar cuidado em situações de adoecimento ou fragilidade? Assim, fica evidente que o desgaste experimentado pela equipe é um reflexo da realidade local, em que o esforço necessário para o deslocamento atua como fator desestimulante na busca por atendimento. Além das dificuldades observadas nas comunidades de acesso terrestre, na comunidade quilombola ribeirinha, o acesso ocorreu por via fluvial, exigindo planejamento prévio, saída em horário matutino e disponibilidade de

embarcação, o que reforça a dependência de condições logísticas específicas para a chegada de profissionais e estudantes da área da saúde. O tempo de deslocamento também foi prolongado, com duração aproximada de 1h30min, comprometendo grande parte do dia apenas com o trajeto de ida e retorno. Para além da vivência das acadêmicas, as percepções dos moradores emergiram a partir de conversas informais realizadas durante as atividades desenvolvidas nas comunidades. Na Aldeia Indígena Ipaupixuna, em diálogo com professores e alunos da escola local, foi relatado que, para acesso a atendimentos em saúde, os moradores precisam se deslocar até a Comunidade Quilombola Tiningu, percorrendo um trajeto considerado significativo, o que evidencia limitações no acesso aos serviços de saúde no próprio território. Já na Comunidade Quilombola Saracura, os moradores destacaram dificuldades relacionadas à localização ribeirinha, especialmente no que se refere ao deslocamento para os serviços de saúde e para a zona urbana. A dependência do transporte fluvial e o uso de diferentes meios, muitas vezes condicionados à disponibilidade do momento, tornam o acesso irregular e dificultam a organização da rotina de cuidados. Além disso, o custo do transporte foi apontado como um entrave recorrente, representando um peso significativo no orçamento familiar e, em alguns casos, levando ao adiamento ou à desistência da busca por atendimento. Esses relatos evidenciam um cotidiano marcado pela influência das condições naturais, pela irregularidade dos deslocamentos e por limitações financeiras, fatores que impactam diretamente o acesso oportuno aos serviços de saúde na comunidade. Nesse contexto, as barreiras geográficas na região amazônica vão além dos desafios logísticos e se estabelecem como determinantes sociais da saúde. De acordo com Castro et al. (2025), em regiões rurais e ribeirinhas, a combinação da distância física com a precariedade do transporte e as restrições financeiras agrava as desigualdades no atendimento e intensifica a vulnerabilidade das comunidades tradicionais. Esses desafios impactam não só as iniciativas educativas pontuais, mas também a assistência à saúde contínua.

CONCLUSÃO:

A experiência das estudantes de enfermagem em comunidades quilombolas e indígenas revelou que as barreiras geográficas influenciam diretamente o acesso aos serviços de saúde, exigindo práticas de cuidado ajustadas às particularidades territoriais. Ao longo das vivências, tornou-se evidente que a distância, a precariedade do transporte e as condições ambientais interferem na procura por atendimento e na continuidade do cuidado. No âmbito da

formação acadêmica, essas experiências contribuíram para o desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre os determinantes sociais da saúde e sobre o papel da Atenção Primária em territórios vulnerabilizados. Assim, conclui-se que a redução das desigualdades em saúde em populações tradicionais requer uma atuação da enfermagem sensível ao território, voltada à promoção de um cuidado equitativo, humanizado e coerente com a realidade amazônica.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Nádile Juliane Costa de; SILVA, Brenda Caroline Martins da; CASTRO, Pâmela Correia; BRAGA JUNIOR, Eudes José; CUNHA, Matheus Gabriel dos Santos; ALMEIDA, Raíssa Moura de. Barreiras geográficas e acesso à saúde: desafios e propostas a partir de comunidades quilombolas da Amazônia brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/barreiras-geograficas-e-acesso-a-saude-desafios-e-propostas-a-partir-de-comunidades-quilombolas-da-amazonia-brasileira/19820>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas: atualização e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da população quilombola: equidade e acesso no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

MACINKO, J.; HARRIS, M. J. The role of primary care in improving health equity: evidence from high- and middle-income countries. *Medical Care*, v. 58, n. 6, p. 516-523, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Primary health care: operational framework. Geneva: World Health Organization, 2022.

SANTOS, R. V.; COIMBRA JR., C. E. A.; GARNELO, L. Saúde indígena no Brasil: desigualdades e desafios contemporâneos. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 2, e00079821, 2021.

Palavras-chave: populações indígenas; comunidades quilombolas; iniquidades em saúde.